

REDD um debate necessário

Thomas Fatheuer¹

A inclusão de florestas num novo acordo global sobre mudanças climáticas vai ser um dos pontos mais polêmicos em Copenhague. Ninguém duvida que a redução de desmatamento seria uma contribuição importante para uma redução de emissões de gases do efeito estufa. O complexo clima-floresta ganhou a sigla REDD e provoca, ao mesmo tempo, grande esperança e grandes preocupações. Por que?

As últimas rodadas de negociações alimentam preocupações, que REDD+ pode integrar muitas práticas perigosas e transformar (boas) intenções iniciais numa porta de entrada para reflorestamento com plantações e “industrial logging” (derrubada de árvores em massa). Infelizmente, estas preocupações não estiveram muito presente no debate brasileiro.

Quais são os principais pontos no debate internacional sobre REDD?

A maior polemica, sem dúvida, desenvolve-se sobre a questão de financiamento, especificamente sobre a inclusão de mecanismos compensatórios. Isso quer dizer que a não-redução de emissões em países do Norte poderia ser compensada pela compra de títulos de REDD. Conforme Paulo Moutinho, do IPAM: “O mercado traz mais possibilidades de alavancar recursos do que doações.” (*REDD e a COP 15*, em www.climaefloresta.org.br). Ainda, na Carta de Macapá, os governadores da Amazônia afirmam logo no primeiro parágrafo a opção pela inclusão de “mecanismos de mercados compensatórios”.

No debate internacional, a opção por mecanismos compensatórios enfrenta muitas críticas e dúvidas. Muitos atores veem nestes mecanismos o perigo de

¹ Diretor do escritório da Fundação Heinrich Böll, no Rio de Janeiro



HEINRICH BÖLL STIFTUNG

criar um “loophole”, expressão usada para designar a criação de uma forma de driblar as reduções necessárias que os países do Norte têm que assumir. E isso é evidente: sem uma drástica redução de emissões oriundas da queima de combustíveis fósseis (petróleo e carvão) não vamos impedir mudanças climáticas perigosas.

Os defensores dos mecanismos compensatórios afirmam que este conflito tem solução: os créditos de REDD seriam somente adicionais aos compromissos de redução. Porém, essa afirmação quase perpétua, não resolve o conflito.

Adicional sobre qual meta de redução? Sem mencionar um número, a afirmação da adicionalidade não é mais do que uma retórica vazia. Existe um grande consenso entre ONGs e o mundo científico de que, no mínimo 40% das reduções dos países do Norte (Anexo 1) deveriam ser feitas *em casa*. Um mecanismo de REDD que não afete as reduções necessárias deveria ser adicional a esses 40%. Isso é uma posição clara. No entanto, estamos muito longe de qualquer resultado de negociações que fique perto destes 40%. No mundo real, neste momento, parecem haver somente duas possibilidades: ou REDD vai servir para compensações, que não vão além das reduções necessárias, ou não vai acontecer.

Uma afirmação como a da Carta de Macapá (dos Governadores da Amazonia), que vê como condição de mecanismos compensatórios somente a existência de “metas mínimas” dos países desenvolvidos alimenta ainda mais as preocupações sobre REDD. E estas preocupações não são somente bandeiras da ala mais radical do movimento ambientalista. O chamado “posicion paper” sobre REDD da Aliança de Clima, que reúne mais de mil cidades na Europa, afirma: “Mais um mecanismo de geração de certificados não só corre o risco de enfraquecer a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, como também contribuirá para a aceleração da destruição das florestas tropicais, uma vez que as mudanças climáticas não serão freadas”.

REDD+: Porta de entrada para o reflorestamento?

Um outra grande preocupação é sobre o conceito básico de REDD. Nos documentos recentes que servem como base de negociação (os chamados “no-papers”), Redd é sobre “loss of forest coverage” (perda de cobertura florestal). E esta é uma definição muito ampla e vaga. Sob esta perspectiva, a forma de combate ao desmatamento de florestas naturais não está clara e poderia até abrir espaço para a plantação de árvores exóticas como uma possível solução. A dificuldade de incluir “safeguards” (salvaguardas) no texto fortalece estas preocupações. Três países da África, entre eles a República Democrática do Congo, vetaram um parágrafo que impedia o reflorestamento em áreas recentemente desmatadas. Se nem isso é consenso, o que podemos esperar de REDD?

Outra polêmica envolve a inclusão de “sustainable management of forests” (manejo sustentável de florestas) no texto de negociação. Isso abre um espaço para as práticas de “industrial logging” - ou seja, para os grandes madeireiros.

Para todos os observadores e participantes das negociações sobre REDD nos últimos dois anos, a presença maciça do lobby do setor florestal impressiona. Para eles, REDD+ é a chance histórica de incluir reflorestamento (com plantações de árvores) num acordo internacional sobre clima e florestas. Neste contexto, os anúncios feitos pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, são preocupantes. Segundo declarações do ministro, o Brasil vai apoiar mecanismos de REDD que incluam reflorestamento de áreas degradadas. Além disso, Minc também anunciou um apoio à inclusão de sequestro de carbono num eventual REDD++. Sequestro de carbono normalmente significa plantação de árvores em monoculturas.

Essas declarações agravam as preocupações com um eventual acordo sobre REDD em Copenhague. REDD não pode ser transformado numa porta de entrada para diversas e duvidosas ações. Para impedir que um acordo



HEINRICH BÖLL STIFTUNG

internacional termine com um “Bad REDD”, os seguintes pontos são essenciais:

- REDD deveria se concentrar na preservação das florestas tropicais;
- Precisamos de salvaguardas fortes e claras contra o uso de áreas desmatadas para REDD;
- REDD não deve financiar “reflorestamento” com plantações de árvores;
- REDD não pode viabilizar plantações de árvores para sequestro de carbono.

Além disso, é urgente aprofundar o debate sobre as implicações dos vários modelos de financiamento.



25/11/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, vai apresentar nesta quinta-feira, dia 27, ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, durante reunião em Manaus com os demais presidentes dos países amazônicos, o primeiro levantamento das ações de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) realizadas no Brasil feita pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF).

O objetivo do REDD é sistematizar informações de projetos que estão sendo implementados no País. Segundo Minc, em Copenhague o Brasil vai apoiar integralmente os mecanismos de REDD, que incluem não só a redução do desmatamento, mas também ações de conservação e reflorestamento de áreas degradadas.

Dos 18 projetos apresentados, 15 estão na região amazônica e dois no Vale do Ribeira. O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES com cooperação do SBF, também foi computado, pois já utiliza o conceito para apoiar projetos de combate ao desmatamento. As informações levantadas vão fortalecer as ações de REDD no país e o governo brasileiro pretende defender a idéia desse mecanismo de mitigação de gases de efeito estufa nas negociações da COP-15, em Copenhague.

Segundo o levantamento, os projetos ainda são incipientes e estão distribuídos em propriedades públicas, privadas e terras indígenas. Apenas 12% deles estão implementados, sendo que 53% estão em fase de elaboração e os outros 35% ainda estão negociando créditos e captando recursos.

As fontes de financiamento são fundos públicos, mercado de crédito de carbono e de responsabilidade social corporativa (RSC). As instituições envolvidas na gestão dessas iniciativas são empresas, ONGs e os governos



HEINRICH BÖLL STIFTUNG

federal e estadual. A maior parte dos projetos tem enfoque em redução de desmatamento evitado(61%), seguidos por conservação (29%) e degradação evitada(10%).

De acordo com o pesquisador do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), Osvaldo Stella, o estado do Mato Grosso já foi considerado o maior responsável pelo desmatamento, e atualmente é o maior responsável pela redução desta prática, graças a várias iniciativas de REDD implementadas na região.

Stella explica que existem produtores que assumem o compromisso ambiental de se comprometerem com a conservação da vegetação nativa e do solo, e com a disposição adequada de resíduos, para que estes não se transformem em fonte de contaminação ambiental.

Dos projetos mapeados, seis estão no Mato Grosso, cinco no Pará, quatro no estado do Amazonas e dois no Paraná. O Fundo Amazônia tem abrangência nacional.

Minc explicou que estes projetos abrangem cerca de 46 milhões de hectares. Como a referência de cálculo é a tonelada de carbono por hectare, se nas negociações de Copenhague for estabelecido um preço médio de U\$ 5 dólares por hectare, o País pode gerar, apenas com estas primeiras iniciativas, uma captação de U\$ 230 milhões.

"Esse é só o início dos REDDs no Brasil, e já estamos defendendo nossas florestas com recursos próprios. Depois de Copenhague podemos ter um aumento expressivo de recursos investidos, porque o potencial do País é muito grande", exemplifica.

Mas o ministro adverte: a proposta da posição brasileira vai defender que apenas 10% das metas dos países possam ser utilizadas em REDD



HEINRICH BÖLL STIFTUNG

compensatório. Por exemplo, quem tem meta de 20% pode aplicar 2% neste tipo de mecanismo de mitigação no Brasil ou em outros países florestais. Se o país quiser investir recursos extras, será como ação voluntária, que não deve ser computada nas metas assumidas. No documento foram incluídos ainda os conceitos de REDD Plus, que abrange o manejo florestal, e REDD Plus Plus, que implica no seqüestro de carbono.